

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

**REQUERIMENTO N° , DE 2018**  
**(do Sr. Luiz Couto)**

Requer realização de audiência pública sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes e sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Requeiro a realização de audiência pública sobre acolhimento institucional, medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e gerida pelo Sistema Único de Assistência Social, e sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, gestor das medidas socioeducativas previstas no ECA, com a participação dos seguintes convidados sugeridos:

- Representante do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;
- Representante do Ministério do Desenvolvimento;
- Representante do Fórum de Gestores de Socioeducação;
- Representante da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice Almeida da Paraíba;
- Representante da Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco;
- Representante do Conselho Federal de Psicologia;
- Representante do Conselho Federal de Assistência Social;
- Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Representante do Conselho Nacional de Justiça;
- Representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**JUSTIFICATIVA**

Casos ocorridos recentemente demostram os problemas do sistema de acolhimento e de medidas socioeducativas. Trata-se do massacre

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

ocorrido no “Lar do Garoto”, instituição de acolhimento que fica em Lagoa Seca, na região do agreste, e do massacre e fuga em massa na Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco.

Apesar de insuficiências na gestão da política de acolhimento e de socioeducação, tendo como consequência graves violações de direitos humanos, essas políticas devem ser fortalecidas e não extintas.

Nesse sentido, é um risco a possibilidade de inclusão do sistema socioeducativo no Sistema Único de Segurança (SUSP), em debate nesta Casa legislativa, e as sinalizações do atual chefe do Executivo de esvaziamento do SUAS.

É um risco, também, a expansão para crianças e adolescentes do modelo de Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) – que funcionam como unidades prisionais geridas por entidades da sociedade civil ou entidades religiosas.

A audiência pública visa a avaliar a situação atual das políticas mencionadas, identificando problemas e contribuindo para a solução. Por esse motivo, peço apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 2018.

**Deputado LUIZ COUTO**

PT/PB